**Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) na cidade de São Paulo e sua relação com o território na perspectiva da Pedagogia Social**

Maria Aparecida Perez[[1]](#footnote-1)

*“A escola é um centro irradiador de cultura à disposição da comunidade, não para ser consumida, mas para ser recriada.*

*A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca.*

*E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, da boniteza e da alegria”.*

*Paulo Freire*

No presente artigo buscamos retratar um dos aspectos na implantação do CEUs – participação da comunidade, e na busca de transformar São Paulo numa Cidade Educadora, mas acima de tudo é um pequeno registro da vontade em que gestores públicos queriam devolver a cidade para seus habitantes. A Politica Educacional traçada entre 2001 e 2004 – segundo governo petista na cidade - assumiu um importante papel como eixo norteador das intervenções sociais no combate a pobreza integrando-a as outras políticas sociais. Os projetos desenvolvidos sempre tiveram por principio: (1) a participação popular como fator de mudança; (2) a relação da escola com o território e (3) a cultura como elo entre educação e território.

**Conhecendo o problema**

Nossas periferias são distantes do centro da cidade, tiveram origens em loteamentos clandestinos e ocupações, em áreas carentes de infraestrutura urbana de serviços públicos como equipamentos de saúde, Lazer e cultura. A degradação urbana é motivada por inúmeras causas econômicas, politicas e sociais, tendo como produto, lutas sociais em que de um lado, estão os legitimados pelo poder e, de outro, os excluídos.

A cidade legal e a ilegal se entrelaçam, apontando para a ocupação desordenada e desigual dos espaços públicos e do solo urbano, a invasão de áreas de mananciais, a multiplicação de condomínios fechados de alto padrão e de favelas e cortiços, o aumento de moradores de rua, etc. Indivisível enquanto cidade, divisível por muros imaginários determinados pelo capital.

Nossas periferias não contam mais com grandes praças ou os campos de várzeas e nem nossas crianças podem ficar brincando nas ruas. Esses espaços eram espaços de convivências, de encontros e brincadeiras. Pensando na falta de locais para a socialização e também para atender a demanda de vagas na Educação Infantil e Ensino Fundamental foram pensados e implantados os Centros Educacionais Unificados – CEU’s.

**O CEU e a envolvimento da comunidade**

O Centro Educacional Unificado – CEU e o Centro de Educação e Cultura Indígena - CECI são equipamentos criados a partir de experiências anteriores como a Escola Parque de Anísio Teixeira, os CIEPs de Darcy Ribeiro, nos escritos de Paulo Freire e no movimento de educadores brasileiros em defesa da escola pública. Relata o desafio de construir caminhos para uma educação critica e libertadora, reconhecendo que a comunidade deve participar ativamente e a criança deve ser ouvida, principalmente nos espaços criados para ela, como a escola.

Foi pensado com uma praça de equipamentos e na praça não existem muros, uma escola sem muros se abre para a comunidade Para determinar os locais de edificação dos CEU's, tomaram-se por base vários indicadores e dados oficiais, destacando-se aqueles extraídos do Mapa da Exclusão/ Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000, realizado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) sob a coordenação da Profª. Drª. Aldaíza Sposati[[2]](#footnote-2), o Mapa da Distribuição Espacial de Crianças e Adolescentes Punidos com Internação, realizado pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Foram utilizados, também, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o levantamento de equipamentos públicos existentes por distritos identificados na elaboração do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, delimitando-se terrenos em áreas de exclusão social, grande densidade populacional, demanda escolar e falta de equipamentos de esporte e cultura.

Essa praça – CEU – ofertou e oferta diferentes espaços para os coletivos artísticos e organizações sociais, para a comunidade local se articular para garantir que o território seja um local de aprendizado para todas as idades, de formação coletiva. Serve como apoio à articulação com os outros serviços públicos disponibilizados na região como Saúde, Assistência Social e outros, auxiliando na formação da rede de proteção social.

É um espaço que tem condições para se tornar um lugar público de encontro onde possam ocorrer tanto atividades educacionais quanto festas comunitárias, jogos esportivos, apresentações musicais, teatrais, exposições, etc., bem como as mobilizações pela garantia de direitos, com reuniões e assembleias do bairro, das associações, da comunidade. Além, é claro, da ocupação do espaço pelos estudantes.

Várias foram as estratégias utilizadas para que não apenas a comunidade escolar participasse utilizando outros meios como o orçamento Participativo, Orçamento Participativo da Criança, apresentações na região, formação de comissões para acompanhamento da obra o que favoreceu o envolvimento da população desde a escolha dos terrenos, no planejamento das atividades, no debate do regimento e na forma de estruturação organizativa dos CEUs.

Envolver a comunidade desde a escolha dos terrenos foi uma característica importante demonstrando a preocupação de reconhecer as práticas e experiências existentes no território, é olhar para os saberes que não podem ser desconsiderados pelas unidades educacionais em nome da tradição do saber escolar-científico.

Desafios os foram apresentados: como dar voz aos adultos que não só os pais e/ou responsável pelo educando? como dar voz aos professores e demais profissionais da educação? Era necessário que todos contribuíssem com o seu saber no projeto que estava sendo delineado. Isso não significa que não houvesse um projeto e diretrizes definidas pelo Programa de Governo, mas como democratizá-lo, como ser de muitos e não de poucos?

Essas questões constituíram um referencial para nós, da Secretaria Municipal de Educação e nos desafiou a olhar para índices e indicadores que não os tradicionalmente utilizados pelo setor educacional como evasão e repetência ou vagas oferecidas. Indicadores que nos dessem pistas para contribuir de fato para a redução da violência, o aumento da qualidade da educação, a diminuição da taxa de gravidez precoce, diminuição da violência contra as crianças entre outros. Todos indicadores relacionados com as condições de vida dos nossos educandos, mas ignorados, em sua maioria, pelo educador por serem temas não relacionados diretamente com o ato de ensinar.

Também, era necessário o reconhecimento do território onde a escola está localizada. Quais são as relações socioculturais, ambientais e econômicas ali exercidas e que influenciam no aprendizado do educando? Quais subsidiam socialmente as reivindicações feitas ao poder público? Os indicadores sociais mencionados quando diminuem significam mudanças de comportamentos no cotidiano. Essa diminuição é fruto de uma série de ações, mas sem dúvida a Educação e a Participação são os fatores mais importantes para que essas mudanças ocorram.

Esse envolvimento nos remete a Pedagogia Social.

Essa compreensão da multiplicidade e diversidade de sujeitos, causas e espaços amplia o campo da ação pedagógica, contribuindo na construção de valores democrático-participativos e multiplicando as redes educativas e culturais. Paulo Freire dizia que a escola que se quer democrática participa dos processos de conquista da cidadania, ou seja

(...) é aquela que, brigando para ser ela mesma, luta para que seus educadores e educandos também sejam eles mesmos, é também um espaço de muito conflito. Ninguém pode ser só, [é] uma escola de muito companheirismo, com construção comum do saber e com liberdade (Paulo Freire, entrevista realizada em 1997, fragmento do vídeo Orçamento Participativo/SME e IPF, 2004).

O CEU funciona, como todas as outras Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, como um espaço de educação inclusiva, de formação permanente e de humanização das relações sociais. O Projeto Político Pedagógico implica uma construção processual que permite a atualização das suas próprias experiências e contextos, de modo a reconhecer, considerar e trabalhar com as diferenças.

Cada Centro Educacional Unificado constituirá sua identidade a partir do contexto sociocultural em que está inserido, garantindo a unidade do projeto em relação aos fundamentos e princípios que orientam seu funcionamento:

1 – Garantia dos direitos constitucionais de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos: educação, lazer, cultura e esporte.

2 – Fortalecimento de uma política pública regionalizada, no contexto da descentralização da gestão municipal, articulada nos vários setores da administração pública e da sociedade civil, no atendimento às necessidades das crianças, jovens, adultos e idosos da localidade.

3 – Constituição de uma Rede de Proteção Social Emancipatória e de educação permanente, articulando o poder público e as organizações da sociedade civil na sua área de abrangência.

4 – Oferta de educação com qualidade social que pressupõe a conjugação de diferentes espaços de aprendizagem e de gestão democrática.

5 – Constituição de pólo de desenvolvimento humano e social da comunidade na qual está inserido como projeto de educação popular inclusiva, portanto, voltado à construção da Cidade Educadora.

Sua organização e funcionamento refletem um novo conceito na gestão do espaço público, propondo a articulação das forças atuantes nas comunidades locais e, de modo especial, na composição do Conselho Gestor, e pela constituição de instâncias de participação que contemplem as necessidades e os interesses dos diversos segmentos ali representados. Sua composição era de 2/3 de representantes da comunidade, de pais e de alunos e 1/3 formado pelos funcionários do CEU, garantindo a maioria da representatividade comunitária, visando à ampliação da participação política e do exercício da cidadania ativa, por meio do controle social sobre o funcionamento do equipamento.

A gestão participativa e democrática desenvolveu-se por intermédio do Conselho Gestor, representativo dos diferentes segmentos da comunidade local envolvidos com as atividades escolares, internas ou externas ao CEU, e, em menor escala, nas demais unidades escolares da rede que integravam o Projeto Escola Aberta por meio da constituição de núcleos (Juventude, Melhor Idade, Negros, entre outros) ou por comissões de trabalho, subordinadas ao Conselho Gestor.

O Conselho e os núcleos respondiam pela formulação da política educacional do CEU e pelo desenvolvimento das ações administrativas e educacionais que garantiam a organização e o funcionamento da escola. Foram incluídos na estrutura organizacional como instâncias permanentes: deliberativa e consultiva.

Além da organização de um Conselho Deliberativo e do Conselho Gestor, havia dois núcleos subordinados e integrados: o Núcleo de Desenvolvimento Pedagógico, composto por representantes da área educacional, cultural e esportiva e diversos núcleos organizados pela Comunidade de acordo com seus interesses, que apoiavam o Conselho Gestor, constituindo-se, portanto, em instâncias consultivas.

As comissões ou grupos de trabalho são instâncias de formulação, de operacionalização e de avaliação de projetos constituídos a partir de uma determinada demanda, para desenvolver tarefas específicas de caráter temporário.

O envolvimento e a organização das escolas e da comunidade do entorno são essenciais para: garantir os objetivos educacionais, socioculturais e esportivos desse equipamento público, nas suas dimensões ética, estética e cognitiva; favorecer a apropriação de diferentes linguagens culturais pela população; a mobilização e a reorganização das relações sociais do bairro, estimulando a criação de uma identidade local; proporcionar um espaço de reflexão, de estudos e construção conjunta de conhecimento; criar um espaço propiciador da construção individual e coletiva da ação pedagógica e que, ao mesmo tempo, seja um espaço de participação e organização dos diferentes segmentos e movimentos sociais para que, com o tempo, se transformem em espaços de afirmação de direitos e de promoção da cidadania.

Respeitando e potencializando a dinâmica dos caminhos e a configuração urbana das comunidades de seu entorno, o CEU transformou-se em um ponto de referência e encontro para elas. É um espaço que visa servir para:

* integrar os níveis de ensino que compõem a educação básica, trabalhar em rede com as escolas do entorno e promover a interação intergeracional;
* formação continuada (cursos, oficinas, encontros);
* os coordenadores pedagógicos, culturais e do esporte;
* a comunidade, não só para os pais e/ou responsáveis pelo educando;
* para os jovens: encontros, conversas, capacitações, ensaios de grupos de música e teatro etc.;
* realização e divulgação das experiências educacionais inovadoras desenvolvidas pela rede municipal de educação, contribuindo com a prática e didática educativas;
* articulação com instituições públicas e privadas que promovam ações educativas, visando estimular o intercâmbio e a divulgação das ações;
* realização de encontros de formação, social, reivindicatórios etc., reunindo escolas e outras instituições interessadas em debater e adequar as experiências aos demais contextos.

**Educação Integral e Integrada**

Além de promover a integração entre as unidades escolares[[3]](#footnote-3), o projeto político-pedagógico propôs outra inovação que foi a convivência dos alunos com pessoas da comunidade, dentro do ambiente escolar.

Por exemplo, pessoas da Melhor Idade (acima de 60 anos), muitas vezes já aposentados, sem contato com a família, excluídos do mercado de trabalho impossibilitados de ter uma vida culturalmente ativa, contavam com atividades direcionadas para esta faixa etária, como hidroginástica, yoga, caminhada, dança de salão, informática, roda de leitura e até de *Bailes da Saudade.* Com o tempo propusemos a eles que participassem das “contações” de estórias e histórias que ocorriam na biblioteca para as crianças ou em baixo de árvores. Foi um sucesso! Muitos encontraram de novo um objetivo para seus dias.

Caminhamos na direção da construção de uma Cidade Educadora, onde todas as ações de gestão da cidade devem ser efetivamente educativas. Um de seus princípios é que, sendo um espaço de formação para e pela cidadania, preocupa-se com a condição contemporânea das crianças, dos adolescentes, jovens, adultos e idosos, desenvolvendo programas educativos desde e com estes atores e autores.

**CECI - CENTRO EDUCACIONAL DA CULTURA INDÍGENA**

Os CECIs foram pensados em conjunto com a comunidade indígena, com a preocupação de discutir todas as temáticas, principalmente as sócio-ambientais. Nesta perspectiva buscamos contatos com os caciques das três aldeias indígenas existentes em São Paulo para discutirmos conjuntamente uma série de ações que os tirassem da condição de *tutelados por governos paternalistas.* Com a lista de demandas em mãos a Secretaria de Educação iniciou uma série de encontros nas aldeias, contando inclusive com a estrutura administrativa descentralizada dos Núcleos de Ação Educativa.

A grande preocupação da comunidade Guarani era quanto ao acompanhamento escolar e a grande dificuldade que as crianças encontravam quando começavam a freqüentar a escola do *juruá* (não indígena), escolas de 1ͣ a 8 ͣ série mantidas pelo Governo estadual

Os CECIs foram pensados em conjunto com a comunidade indígena, com a preocupação de discutir todas as temáticas, principalmente as sócio-ambientais. Nesta perspectiva buscamos contatos com os caciques das três aldeias indígenas existentes em São Paulo para discutirmos conjuntamente uma série de ações que os tirassem da condição de *tutelados por governos paternalistas.* Com a lista de demandas em mãos a Secretaria de Educação iniciou uma série de encontros nas aldeias, contando inclusive com a estrutura administrativa descentralizada dos Núcleos de Ação Educativa.

A grande preocupação da comunidade Guarani era quanto ao acompanhamento escolar e a grande dificuldade que as crianças encontravam quando começavam a frequentar a escola do *juruá* (não indígena), escolas de 1ͣ a 8 ͣ .

O CECI representou a concretização de um sonho da comunidade indígena. Para nós, no entanto, trata-se de reconhecermos este sonho como um legitimo direito de uma comunidade que nem aparece nas estatísticas sobre a origem de nossos habitantes, nas três aldeias não chegam a mil habitantes fixos, mas existem os nômades, que ficam algum tempo e depois continuam sua marcha em busca da terra prometida.

As diferenças individuais e ritmos variados de aprendizagem entre os educandos eram respeitadas, além do reconhecimento dos diversos níveis de comunicação entre eles que culminou com a escrita de vários livros realizada por eles para alfabetizar as crianças na língua e sons Guarani.

Acreditamos que ao reconhecer as diferentes nações existentes em nosso território – a cidade de São Paulo – era mais um passo rumo a Cidade Educadora e a promoção ao acesso dos direitos básicos.

**Lições aprendidas**

Para que haja mudança de agentes passivos para sujeitos sociais, a curiosidade é fundamental, pois leva a comparações e ao questionamento, produzindo, portanto, condições necessárias, ainda que não suficientes, para ultrapassar as barreiras “naturais” impostas pelo modelo econômico. A curiosidade, a dúvida, instiga os seres humanos a, num primeiro momento, se apropriarem de informações e buscarem novos conhecimentos e, num segundo momento, a contribuírem com a produção de novos conhecimentos a partir do exercício de suas atividades.

O conhecimento do território foi fundamental na elaboração do projeto político-pedagógico de cada CEU e dos projetos a serem implementados como ações do CEU nas suas respectivas comunidades. Tratava-se não só de incorporar as concepções subjacentes naqueles territórios no trabalho pedagógico dos Centros, mas também pensar as formas de intervenção nestes territórios para que, auxiliados pelos passassem também a constituir novas relações e novas compreensões de suas relações sociais.

Mas queríamos mais que um espaço bem equipado. Queríamos que nos CEU’s como nas outras unidades educacionais as questões relacionadas às desigualdades econômica, sociais e culturais como, por exemplo, a pobreza – fossem abordadas e debatidas para não serem aceitas como causa natural para justificar a exclusão de alguns, como se não fossem produto de uma determinada organização social e opção de desenvolvimento. Enfrentar esse debate é necessário para que as pessoas, principalmente os estudantes possam compreender o que é ter sucesso ou ser bem sucedido. Auxilia no debate do individual versus o coletivo. É necessário conhecer criticamente suas limitações e suas possibilidades.

O CEU significou para nós um espaço privilegiado, onde pudemos caminhar na construção da qualidade social da educação.

**BIBLIOGRAFIA**

CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. Para onde caminham os Cieps? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.119, p.147-174, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a08.pdf>. Acesso em 15.10.2008.

DOREA, C. R. D. **Anísio Teixeira e as políticas de edificações escolares no Rio de Janeiro (1931-1935) e na Bahia (1947-1951)**. Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Acesso em 06.09.2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. **Revista FAEEBA**, Salvador, n 13, p. 151-160, jan/jun. 2000.

DORIA, O. R.; PEREZ, M. A. (Orgs.). **Educação, CEU e cidade** – breve história da educação brasileira nos 450 anos da cidade de São Paulo. Porto Alegre, Editora Livraria do Arquiteto, 2007.

EBOLI, T. **Uma experiência de educação integral, Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2000.

FICHTNER, B., **Desenvolvimento e aprendizagem como diálogo para o futuro** (p. 23 a 42) in GERALDI, J. W., FICHTNER, B. e BENITES, M. Transgressões convergentes. Vigostki, Bakhtin, Bateson. São Paulo: Mercado das Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Educação na cidade,** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M*.* **Educação com qualidade social***.* Projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). São Paulo, 2004.

PEREZ. M. A. **INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO - Um estudo do programa “Centro Educacional Unificado” na cidade de São Paulo.** Siegen, Alemanha, Universidade de Siegen, 2011 (reconhecida pela FE/USP)

PEREZ, M. A.; FARIA, A. B. G. de; SEIXAS, L. C. Os CEUs e sua proposta para a educação. In: CAMPOS, C. M.; GAMA, L. H.; SACHETTA, V. **São Paulo, metrópole em trânsito** – percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora Senac, 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SÃO PAULO (Município). EDIF. EDIF/SSO – Departamento de Edificações da Secretaria Municipal de Serviços e Obras. **Caderno com o projeto arquitetônico do CEU**, dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Praça de Equipamentos Educacionais Integrados Inácio Monteiro**, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/SME.**Os CEUs e sua proposta para a educação**. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003

SOUZA SANTOS, B. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória**. Exposição realizada no Seminário: “Estudos Territoriais de 489 desigualdades sociais”, 16 e 17 de maio de 2001, no auditório da PUC/SP. Disponível em: <www.cedest.info>. Acesso em 05.12.2006

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 2000.

SPOSATI, A. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SUPLICY, M. **Atualidade da democracia participativa**. Porto Alegre, novembro de 1999. Mimeografado.

1. Doutora pela Universidade de Siegen – maria-perez@uol.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. O Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo trabalha a idéia de inclusão baseada em quatro noções: equidade, desenvolvimento humano, qualidade de vida e autonomia. [↑](#footnote-ref-2)
3. Estamos utilizando o termo unidades escolares, porque engloba creches, escolas de Educação Infantil - EMEI, escolas de Ensino Fundamental - EMEF, Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA, escolas de Ensino Fundamental e Médio - EMEFM e as escolas de Educação Especial para deficientes auditivos - EMEE. [↑](#footnote-ref-3)